

Ética e autonomia na educação:

reflexões a partir de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire

Fabiola Colombani

Como citar: COLOMBANI, F. Ética e autonomia na educação: reflexões a partir de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire. *In:* CARVALHO, A. B. (org.). **Educação, ética, interculturalidade e saberes decoloniais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 59-76 DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-212-3.p59-76>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Ética e Autonomia na Educação: reflexões a partir de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire

Fabiola COLOMBANI¹⁷

Introdução

Nunca é demais retomarmos algumas ideias de pensadores que podem levar a uma prática capaz de ressignificar a escola e sua forma de educar. Se entendemos que o professor é um agente transformador que pode destacar as possibilidades e potências de seus alunos, entenderemos também, que a ética do aprender é um instrumento para uma formação humana libertadora e autônoma.

Assim, a instituição escolar, independentemente da idade de seu público, deveria por obrigação e pela própria natureza a qual se propõe, assegurar a busca pela autonomia de forma constante. Sabemos que é necessário permitir o desenvolvimento proporcionando a construção desse mecanismo de autogovernar-se, de pensar além do que está posto, pensar no outro e nas próprias condições, ter iniciativa, tomada de decisões e ser proativo, isso torna os alunos responsáveis por seu processo de aprendizagem e moralmente autônomos. Se há algo que a escola deveria

¹⁷ Doutora e Pós-Doutora em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da Unesp, Campus de Marília. Docente e Coordenadora da Clínica de Psicologia da Unimar – Universidade de Marília. E-mail: fabiolacolombani@unimar.br

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-212-3.p59-76>

estimular projetando o futuro, são essas ações e vivências, pois isso sim poderá aproximá-lo da garantia (se é que isso seja possível), de ter uma vida de mais sucesso. Pascual (1999, p. 03) complementa dizendo que:

Ser autônomo moralmente significa, também, aceitar a responsabilidade subjetiva. A segunda característica que o juízo do aluno deve apresentar para que a moralidade possa ser considerada autônoma diz respeito à noção de responsabilidade. (PASCUAL, 1999, p. 03)

Vários autores discutem sobre o tema da autonomia, mas neste texto o destaque será para três teóricos que com seus pensamentos contribuíram fortemente para a educação: Piaget, Vygotsky e Paulo Freire.

Piaget e a construção da autonomia

Na área da educação, Piaget é conhecido como um teórico construtivista, o que é algo de grande valia, pois esse conceito permeia a ideia de que nada está pronto ou acabado. O Construtivismo acredita que o conhecimento é produto da interação do indivíduo com o meio físico e social e o mundo das relações humanas é extremamente significativo para o processo de ensino e aprendizagem; a ação, a movimentação na relação do indivíduo com o objeto de interesse que se quer aprender, necessita também interagir com potência, ou seja, você com a coisa a ser aprendida, você e os outros, os outros com você, todos na relação de aprendizagem. Becker (2001, p. 89) contribui dizendo que:

Construtivismo não é uma prática ou um método; não é uma técnica de ensino nem uma forma de aprendizagem; não é um projeto escolar; é, sim, uma teoria que permite (re) interpretar todas essas coisas, jogando-nos para dentro do movimento da História - da Humanidade e do Universo. (BECKER, 2001, p. 89)

Na educação construtivista valoriza-se a relação do professor com o aluno, ou seja, é necessário haver um encontro entre as partes para que se estabeleça um ambiente sócio moral capaz de promover o desenvolvimento dos discentes.

Um dos pontos que Piaget ressaltou em suas discussões foi sobre a Cooperação. Para Piaget ao alcançar a Cooperação, internamente ocorre um amadurecimento e isso evita muitos dos conflitos que emergem no cotidiano escolar, independente da idade. Segundo Cunha (2010, p. 133), pode-se dizer que:

[...] a cooperação, como recurso pedagógico, coloca em prática a tese piagetiana de que não é conhecimento aquilo que o educando adquire passivamente e, mais ainda, que é impossível conhecer um objeto qualquer por meio de um único ponto de vista. O trabalho em equipes permite que os alunos atuem sobre os saberes a serem aprendidos, pesquisem, busquem novas fontes de informação, levantem dados sobre os conteúdos escolares e, principalmente, façam tudo isso trocando ideias, uns com os outros, trabalhando cooperativamente na construção do conhecimento. (CUNHA, 2010, p. 133)

Assim sendo, podemos afirmar que a cooperação é o caminho pelo qual a ação moral opera. Ela é uma interação social que se dirige a um determinado objetivo entre indivíduos que se consideram como iguais e tratam uns aos outros como tais (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 57). Piaget

(1994) considera importante que a cooperação seja uma ação moral iniciada desde o planejamento da sala de aula, pois um professor cooperativo torna o ambiente construtivo, possibilitando um aumento das competências sociais, emocionais, intelectuais e morais. Ao cooperar com o outro, se estabelece um respeito mútuo, considerando a importância do outro além de mim.

La Taille (1992, p. 20) destaca que as relações de cooperação são aquelas que possibilitam o desenvolvimento da autonomia:

Como o seu nome indica, a cooperação pressupõe a coordenação das operações de dois ou mais sujeitos. Agora, não há mais assimetria, imposição, repetição, crença, etc. Há discussão, troca de ponto de vista, controle mútuo dos argumentos e das provas. Vê-se que a cooperação é o tipo de relação interindividual que representa o mais alto nível de socialização. E é também o tipo de relação interindividual que promove o desenvolvimento. (LA TAILLE, 1992, p. 20)

Por meio das atividades em grupo ocorre o trabalho cooperativo que em qualquer nível educacional traz para os alunos, a oportunidade de adquirirem valores que irão ajudá-los a ter o desenvolvimento moral e crescimento pessoal, durante o avanço dos anos de estudo. Além disso, essa forma de trabalhar permitirá com que eles desenvolvam habilidades que serão muito úteis no futuro, já na fase adulta. O sucesso dos trabalhos em grupo colabora para sujeitos mais autônomos e ao mesmo tempo solidários, empáticos e que colaboram mutuamente entre si.

No desenvolvimento moral, segundo Piaget (1994), a criança passa por uma fase pré-moral caracterizada pela *anomia*. Gradualmente ela entra na fase da *heteronomia* e dependendo de sua história de vida, suas

experiências e vivências formais ou informais, ela pode chegar à fase da *autonomia*.

Anomia: é a fase da ausência total de regras que coincide com o “egocentrismo” infantil e que pode ir até aproximadamente 2-4 anos de idade. Nesta fase ela não dispõe de representação mental e seu pensamento ainda é bastante difuso o que torna muito difícil a absorção de regras. E por isso é comum ter que repetir a mesma orientação muitas vezes. Crianças não medem consequências e por isso não temem pelo perigo.

Heteronomia: é a fase em que a criança segue as regras colocadas pelos outros, com maior facilidade de internalização das orientações e pouco questionamento. É a fase de maior obediência. É a fase que deve ser cuidadosamente acompanhada, pois assim como é importante o respeito às regras é importante também haver estímulo para que o pensamento crítico aconteça, assim, com a idade essa fase deve ser deixada para dar lugar à fase da Autonomia. Quando muito podada e não estimulada, a criança e o jovem se tornam adultos heteronômicos incapazes de questionar, refletir, repensar, inventar e criar novas regras alterando e modificando positivamente o seu meio.

Autonomia: é uma fase que infelizmente nem todos alcançam. Tanto a família quanto a escola, seja ela das séries iniciais, intermediárias ou do ensino superior, devem promover uma dinâmica educacional que propicie o desenvolvimento moral a tal ponto, que o indivíduo consiga alcançar a Autonomia. É importante que seja possível se relacionar com as regras, compreendê-las, porém sugerir outras como também, construir novos acordos inclusive nas atividades extraescolares. Estar preparado para os imprevistos, reinventar-se diante de um trajeto que precisa ser mudado, ter capacidade de se autogovernar, ter pensamento crítico, ser empático, cooperativo, adaptar-se em situações adversas e estar aberto às diversas

formas de construir o seu próprio conhecimento, demonstra que o indivíduo alcançou a Autonomia.

Piaget (1994), afirma que essas fases se sucedem sem constituir estágios propriamente ditos. Vamos encontrar adultos em plena fase de anomia e muitos na fase da heteronomia. Poucos conseguem pensar e agir pela si próprio, seguindo sua consciência interior. Porém, vários autores discutem sobre essa questão e apontam que em países de terceiro mundo, mais conhecidos hoje como países em Desenvolvimento, a maioria de sua população não alcança a autonomia. Parte desse problema se deve ao modo com que o sistema educacional conduz o processo de ensino e aprendizagem. A escola tradicional sempre preconizou que o ensino seguisse cartilhas, apostilas, ou seja, métodos enquadrados que não possibilitam que o aluno transcenda e se posicione enquanto elemento crítico e dinâmico de sua própria formação. Não estimula também atividades criativas e intimidades com a arte e a cultura. Isso tudo engessa o aluno e o prepara para exames e concursos que com o passar do tempo ficam obsoletos.

Vygotsky e o desenvolvimento cognitivo autônomo

Outro teórico é Lev Vygotsky – precursor da teoria Histórico-Cultural – contribui para pensarmos sobre o desenvolvimento cognitivo, a busca pela autonomia e aponta com isso, como se dá na prática as conexões de aprendizagem nos trabalhos em grupo.

Pensador importante em sua área e época, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual do ser humano ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Foi descoberto pelos pesquisadores e profissionais do meio acadêmico após sua morte, visto que teve uma vida

breve, mas seus estados até hoje contribuem para o pensar do desenvolvimento humano e da educação.

No Brasil, Vygotsky passou a ser conhecido na década de 1980 quando seus livros chegaram após passarem pela tradução do russo e do inglês para o português. Por conta desse caminho percorrido na tradução, alguns termos e conceitos foram interpretados de forma equivocada, como é o caso de sua teoria que a princípio era chamada de sociointeracionista, aproximando Vygotsky de Piaget. Porém, mais tarde, após um maior aprofundamento nos estudos vygotksyanos, sua teoria passou a ser chamada de Psicologia Histórico-Cultural, pois foi sabido que Vygotsky não comungava das mesmas ideias de Piaget.

Faço aqui um destaque do importante apontamento feito por Oliveira (2019), uma das referências de estudo em Vygotsky no Brasil, sobre algumas das ideias que influenciaram Vygotsky e sustentaram sua teoria.

Marcado pela orientação predominante na União Soviética pós revolucionária, Vygotsky via no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels uma fonte importante para suas próprias elaborações teóricas. Alguns postulados básicos do marxismo claramente incorporados por Vygotsky, são: o homem é um ser histórico, que se constrói através de suas relações com o mundo natural e social. O processo de trabalho (transformação da natureza) é o processo privilegiado nessas relações homem/mundo e a sociedade humana é uma totalidade em constante transformação. É um sistema dinâmico e contraditório, que precisa ser compreendido como processo em mudança, em desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2019, p. 28)

Para Vygotsky o conceito da função mediadora é o elemento central para a compreensão do desenvolvimento e do funcionamento das

funções psicológicas superiores. Mas o que são funções psicológicas superiores? São aquelas funções mentais que são dadas no comportamento consciente do humano, ou seja, você é capaz de possibilitar e reproduzir, são elas: linguagem, imaginação, memória, atenção, pensamento enfim, são funções conscientes que organizam a vida mental do indivíduo e o coloca como participante de seu meio.

Segundo a teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, só é possível as funções psicológicas superiores existirem e se desenvolverem nas relações de interação humana. Porém, nós não nos relacionamos com o mundo e com as outras pessoas de forma indireta, necessitamos ser mediados por instrumentos materiais e psicológicos, busca-se então, a interação.

A interação é a coluna cervical para Vygotsky, sem ela nada se sustenta ou evolui. Para ele o indivíduo constrói sua essência a partir das relações sociais e se desenvolve de fora para dentro. Essa interação desempenha um papel fundamental na construção cognitiva e emocional do ser humano.

É importante compreendermos que nas relações interpessoais as experiências são compartilhadas e aquilo que você aprende vem do outro e perpassa para você e os demais. Assim, as culturas vão deixando a sua marca, as pessoas vão pensando coletivamente e o processo de ensino e aprendizagem vai sendo uma troca com outros indivíduos e com o meio. Em Oliveira (2019, p. 38) é possível compreender um pouco mais:

A vida social é um processo dinâmico, onde cada sujeito é ativo e onde acontece a interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo de cada um. (...) O processo de desenvolvimento do ser humano, marcado por sua inserção em determinado grupo cultural, se dá “de fora para dentro”. Isto é, primeiramente o indivíduo realiza ações externas, que serão interpretadas pelas pessoas ao seu redor, de acordo com os

significados culturalmente estabelecidos. A partir dessa interpretação é que será possível para o indivíduo atribuir significados a suas próprias ações e desenvolver processos psicológicos internos. (OLIVEIRA, 2019, p. 38)

Desta forma, as origens das funções psicológicas superiores devem ser procuradas nos relacionamentos, entre os pares, ou seja, no seu grupo de amigos, de pessoas conhecidas enfim, pessoas de sua convivência e outros que virão somar para serem também, elementos mediadores.

A mediação e a interação são o que possibilitam o desenvolvimento segundo Vygotsky. Por isso valorizava tanto tais funções psicológicas superiores e a partir daí, construiu sua tese sobre desenvolvimento. O autor chama a atenção de como o ser humano aprende e como acontece o aprender. Para ele, há três pontos fundamentais: Zona de Desenvolvimento Real, Zona de Desenvolvimento Proximal e Zona de Desenvolvimento Potencial. Compreender em qual momento os estudantes estão é fundamental para saber qual caminho seguir.

Para Vygotsky (1984), a zona proximal de hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã. Por esse motivo Vygotsky sempre defendeu a ideia de que o objeto aprendido deve estar sempre além do conhecimento que já existe visto que, isso fará com que o aluno e a aluna possam avançar em suas capacidades cognitivas.

O professor nessa relação não é o centro, não é única fonte de saber, ele é um mediador, papel importante e muito mais significativo do que o professor que “transmite” o conteúdo sem saber de fato se seus alunos estão compreendendo ou se é um conhecimento que faz sentido.

Vygotsky trouxe a proposta de utilizarmos os instrumentos internos para a partir daí conhecermos novas coisas e interagirmos com

outras realidades. Traz ainda que o indivíduo não pode ultrapassar uma situação de aprendizagem sem antes ter algum conhecimento prévio que o relacione, ou seja, uma base capaz de apoiar a nova informação e progredir cognitivamente. O trabalho em grupo mediado por professores, colegas e profissionais mais experientes dará todo o amparo para a construção da boa prática.

Paulo Freire e a formação humana autônoma

E por último, mas não menos importante, o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Considerado um dos grandes intelectuais do século XX, a sua contribuição para a renovação do pensamento e das práticas educacionais é reconhecida em todo mundo. Crítico à pedagogia tradicional, propunha uma formação humana que levasse em consideração os problemas individuais, as experiências e o contexto social em que os educandos estão imersos. Esse processo de conscientização era, segundo ele, fundamental para se garantir uma atitude transgressora contra a opressão e em prol da liberdade e da autonomia humana. Aquela formação tecnicista e alienante, resultado de uma “educação bancária”, deveria dar lugar à possibilidade do estudante e do homem em geral pensar e agir com consciência política, seguindo e criando os próprios rumos para o seu aprendizado.

Um dos seus livros mais conhecidos é *Pedagogia do Oprimido* (2019), tendo sua primeira versão em 1968 e proibido no Brasil pela ditadura militar. Sintetiza de maneira primorosa a caminhada que ele fez nos anos anteriores, seja no campo da educação popular, quando se dedicou ao que ele chama de “os esfarrapados do mundo” bem como sua experiência de exilado no Chile, quando sentiu na pele o que significa a

opressão por parte de um sistema político que excluía a liberdade humana do seu horizonte.

Defendendo que os oprimidos precisam também de uma teoria para alcançar a liberdade, Freire considerava que a educação humana deve estar atrelada a um processo e a uma pedagogia que os liberte das garras de uma ideologia opressora e manipuladora, transformando a realidade onde vivem. É assim que no início da década de 1960 desenvolveu um método de alfabetização bastante inovador, inclusive inspirando pedagogos, professores, cientistas sociais na América Latina e na África e, posteriormente, em todo o mundo. Com este método, ele pretendia se contrapor ao sistema tradicional de ensino, todo baseado em cartilhas e conteúdos que dificultavam a aprendizagem da leitura e da escrita por parte dos alfabetizandos, em que a repetição de palavras soltas e sem sentido para a sua realidade era o mais comum.

Fundamentalmente, o método seguia alguns passos que procurava levar os estudantes a superar a sua visão mágica e acrítica de mundo, conduzindo-os uma atitude consciente, crítica e libertadora. Enfim, a passagem dessa *consciência mágica* para a uma *consciência crítica* não acontece naturalmente, mas é resultado de um trabalho educativo dialógico, que proporcione ao alfabetizando interpretar os problemas, de colocar de lado os preconceitos, garantir a experiência da liberdade e preparar-se para a democracia.

Portanto, conscientização e alfabetização estão intimamente ligadas, na medida em que a finalidade do indivíduo em tornar-se alfabetizado não é apenas para reconhecer as letras, as sílabas e ter capacidade de ler uma frase. É, também, para tornar-se um sujeito de sua história, engajado nas lutas políticas e culturais (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p. 167).

Para Paulo Freire, a formação humana não é neutra, mas, sim, um instrumento que enfrente a lógica de um sistema que busca integrar as pessoas aos interesses do capital, conformando-as e impedindo-as que ajam com liberdade e como sujeitos de sua própria história. Por isso, ele se contrapõe frontalmente a um processo formativo que elimina qualquer possibilidade do estudante agir com autonomia. Assim, uma educação que trata os alunos como uma mera conta vazia a ser preenchida pelo professor é descabida e passível de todas as críticas, pois os transformam em objetos receptores, controlando os seus pensamentos e suas ações, ajustando-os ao mundo e inibindo o seu poder criativo.

É neste contexto que podemos avançar um pouco mais na exposição das ideias de Paulo Freire, mas agora para compreender o que ele concebe como autonomia. Assim, o que de fato seria a autonomia? Como vimos, ele considera que ao respeitar a individualidade, as experiências, a visão de mundo e levar em consideração o que cada ser humano traz consigo é fundamental no processo de formação e emancipação humana. Conforme explicita Marilena Chauí, autonomia é uma:

palavra composta de *autós* [este aqui, eu mesmo; por si mesmo, de si mesmo, espontaneamente] e do substantivo *nómos* [regra, lei, norma; é o que é por convenção, por acordo e decisão dos humanos] (...) Autonomia significa o direito de dirigir-se e governar-se por suas próprias leis ou regras; independência; se refere ao modo de quem é livre ou independente. *Autónomos*: o que se rege por suas próprias leis, independente, autônomo (CHAUÍ, 2002, p. 496).

A autonomia pra Freire, era entendida, portanto, como a capacidade dos indivíduos agirem e tomarem decisões por meio de ações

não forçadas e levando em conta sua realidade, a autonomia do ponto de vista da educação, como defende Freire, tem o objetivo de promover e transformar o educando em um sujeito que toma consciência de sua própria condição histórica e social. Essa concepção já aparece no contexto daquela proposta por Kant, quando reporta-se ao que ele entende por homem esclarecido.

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung] (KANT, 1974, p. 100, grifo do autor).

O homem esclarecido e autônomo é aquele que teria superado a sua menoridade e que enfrentando sua condição de heteronomia, isto é, de ser guiado por outro ou por outras regras que não as suas, pensa, decide e age servindo-se de si mesmo e de sua própria razão e por conta própria dirige suas escolhas a atitudes (ZATTI, 2007).

A autonomia seria então, o resultado de um processo de conscientização, em que o homem deixaria de ser tratado como objeto, passando a ser sujeito e indivíduo histórico que pode e deve intervir nos rumos da sua história.

A educação não pode ser aquele que deposita, que incentiva a memorização mecânica, a que treina (concepção bancária), porém aquela que ajuda homens e mulheres, sujeitos da história, a pensar

criticamente, colocando-lhes desafios, dando espaço para mostrar suas curiosidades e suas indagações (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p. 165).

Para Paulo Freire, a autonomia tem como consequência uma formação humana em que o sujeito seja capaz de fazer uso de sua liberdade e determinar-se, deixando de ser dependente de pensamentos, normas, ideais e projetos que não são seus. O educador que está comprometido com uma educação assim “deve estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia” (FREIRE, 2000, p. 78), fazendo com que o educando seja capaz de “pensar certo”, isto é, sair de um estágio de passividade, submissão, curiosidade ingênua e senso comum, para um nível de determinação e curiosidade epistemológica, formulando saberes e juízos próprios.

Ser autônomo é compreender, enfrentar e superar os discursos e as práticas que procuram oprimir, adaptar e “amaciar ideologicamente” os indivíduos, levando-os a acreditarem apenas em valores, condutas e atitudes pautados pela ética do mercado, fundada no lucro e em que a liberdade do comércio fica acima da liberdade do ser humano. Ser autônomo é uma conquista que deve ser realizada pela educação por meio de uma práxis pedagógica libertadora que considera o homem um ser inconcluso, inacabado e que precisa ser formado e humanizado.

O que quero dizer é que a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua [própria] natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização (...) Significa reconhecer que somos condicionados, mas não determinados (FREIRE, 2000, p. 20-21).

Deste modo, uma pedagogia para a autonomia deveria estar, segundo Freire (1997), fundada na ética, no respeito à dignidade do educando, o que exige do educador a prática da escuta, de maneira a aprender a falar com os educandos sem autoritarismo ou licenciosidade, mas problematizando e acompanhando a construção do conhecimento e do exercício responsável e racional da liberdade.

Considerações Finais

Há quem diga que Piaget, Vygotsky e Freire não conversam entre si por terem em seus estudos bases epistemológicas diferentes. Porém, tais teóricos não possuem ideias que colocam o tema em posição conflituosa pelo contrário, complementam e se posicionam cada qual ao seu modo, considerando a importância de se pensar a escola, a educação e o aluno como um ser em constante transformação e desenvolvimento, devendo ser atentamente cuidado para que não se perca a essência da condição humana, ou seja, a necessidade de ser livre e pensar por si só.

Ao pensar a instituição escola desde os seus primórdios, é possível observar que parece ter sido sempre muito arriscado que o professor saísse de sua posição autoritária e que a escola estabelecesse suas leis dentro de condutas democráticas. O controle sempre foi uma prática escolhida para que se pudesse limitar o campo de ação dos sujeitos envolvidos. A figura do diretor, tomou para si um papel absolutista, o que exigia que os educadores seguissem também uma posição autocrata visto que, como detentores do saber, tinham que impor a forma de ensinar e aprender, desconsiderando a individualidade de cada educando.

As diversas transformações sociais levaram a escola a repensar suas práticas, pois a sociedade passou a exigir que as pessoas consigam gerir a

própria vida, que se auto responsabilizem por suas ações e que possam compreender o sentido do aprender para além de reproduzir o conhecimento adquirido, como também, que haja condições suficientes para aplicar de forma prática o que viu e aprendeu. Ou seja, entre o transmitir e receber o conhecimento, passou a existir um “eu”, que representando provisoriamente pela figura do estudante, deverá ter a ajuda da escola para constituir sua autonomia tornando-se então, o sujeito autônomo tão esperado para assumir os diversos papéis sociais. Se a escola entende que ela tem uma responsabilidade nessa formação autônoma, ela utilizará de seus instrumentos de aprendizagem para promover o desenvolvimento moral e ético.

Como consequência desse sujeito que a escola possibilitou que se tornasse autônomo, o próximo passo é pensarmos, com esperança e utopia, em uma transformação do próprio mundo e da própria sociedade e é aí que está o caráter político da educação. Pensar politicamente em uma perspectiva autônoma é reinventar o mundo de hoje, o que exige comprometimento e coerência do educador, o que implica além de conhecimentos dos conteúdos, um esforço de desmascaramento da ideologia dominante, que imobiliza e oculta verdades. Uma prática educativa autônoma exige uma tomada de posição diante do mundo na perspectiva de transformá-lo, de tal maneira que as condições heterônomas sejam superadas e que cada indivíduo possa se responsabilizar por suas escolhas e decisões.

Por fim, se faz necessário que tais ideias estejam presentes no processo de formação dos professores ainda nos cursos de licenciatura, de maneira que haja um alargamento de suas compreensões acerca da educação, com ressonâncias concretas em suas práticas docentes na sala de aula. Os autores apresentados neste texto entre outros, jamais perderão sua atualidade, uma vez que levam educadores a pensar em novas

possibilidades de ensinar e aprender sem que se perca o objetivo educacional que viabiliza a da busca da autonomia.

Referências

BECKER, F. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRIGHENTE, M.F.; MESQUIDA, P. **Paulo Freire**: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*. Vol. 27. N. 1- Campinas. Jan./Abr. 2016.

CHAUÍ, M. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, M.V. Piaget: Psicologia Genética e Educação. *In: Caderno de Formação*: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento -UNESP/UNIVESP. São Paulo: Cultura Acadêmica,2010.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil**: o ambiente sócio moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 134p.

KANT, I. **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

LA TAILLE, Y. Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. *In: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H.*

Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. *In: YVES de La Taille et al. Piaget, Vygotsky, Wallon:* teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo, SP: Summus, 2019.

PIAGET, J. **O juízo moral da criança.** Trad. Elzon Lenardon. 3. ed., São Paulo: Summus, 1994.

PASCUAL, G.J. Autonomia intelectual e moral como finalidade da educação contemporânea. **Psicologia:** Ciência e Profissão/ Conselho Federal de Psicologia - Vol. 19, n. 3. Brasília, DF, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZATTI, Vicente. Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Porto Alegre: EDI PUC RS, 2007.